



Carlos Soares, economista, afirma

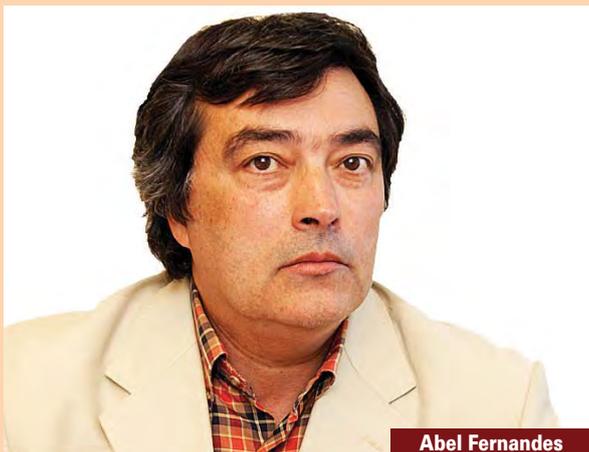
“O país parece que está a ser navegado à vista”

Págs. 4-5

Os pontos de vista de dois professores da Faculdade de Economia do Porto

As expetativas para a economia portuguesa

Págs. 6 e 7



Abel Fernandes



João Loureiro

Opinião PLMJ
O Programa Revitalizar e o Estado
Pág. 3

Atividades 2012 da DRN/OE
Pág. 8



Editorial - Diagnóstico e prescrição

A Delegação Regional Norte (DRN) da Ordem dos Economistas tem a sua equipa reforçada desde o início de 2012. Digo reforçada pois os órgãos sociais mantêm vários elementos da equipa anterior, tendo sido incluídos novos elementos que se ofereceram para trabalhar voluntariamente em prol dos nossos Colegas, os Economistas.

Entendo que o resultado das eleições de dezembro passado traduz um voto de confiança no projeto que a equipa anterior implementou ao longo de seis anos. Os novos Órgãos Sociais serão fiéis ao curso traçado durante esse período, continuando a apoiar os nossos Colegas em termos de divulgação de conhecimento técnico e científico, via parcerias com as Universidades e mediante a realização de Seminários para atualizações de conhecimentos, entre outras atividades.

Temos também como projeto possibilitar aos membros da DRN o acesso a formação certificada pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), necessária para cumprimento do estipulado no Código de Trabalho em termos de formação certificada, sempre com enfoque nas ciências económicas e empresariais.

Neste momento tão difícil para o nosso País, em que muitos dos nossos Colegas veem as suas receitas em queda, ou sofrem cortes nos seus salários ou reformas, ou, pior ainda, perdem o seu emprego, temos tido o cuidado de proporcionar Seminários a custos simbólicos, para que ninguém seja privado do acesso ao conhecimento. No mesmo sentido, a Direção Nacional da Ordem celebrou protocolos com empresas de recrutamento de executivos, como forma de apoiar os nossos membros na procura de oportunidades de trabalho.

Num ano de crise profunda, com características nunca antes experimentadas para quem tenha nascido depois dos anos 30 do século XX, é um desafio ter coragem para auto-intitular-se Economista num local público. Penso mesmo que atualmente será a terceira profissão mais odiada, depois de Político e Banqueiro.

No entanto, não podemos eximir-nos da nossa responsabilidade profissional, de dizer a verdade, de dizer que o Rei vai nu... E também de dar voz a opiniões diversas, como estamos a fazer neste Suplemento, ao publicar as entrevistas ao Professor Abel Fernandes e ao Professor João Loureiro, e como fizemos no passado ao publicar uma entrevista com o Professor João Ferreira do Amaral. Já Winston Churchill dizia que, se colocássemos dois Economistas numa sala, obteríamos três opiniões.

Muitos me perguntam porque é que os Economistas não previram esta crise. Eu respondo: vários Economistas a previram. Só que já na Antiga Grécia Sófocles referiu na sua peça Antígona: "ninguém gosta de alguém que traz más notícias". Não admira que poucos tenham levantado a voz, os políticos têm por tradição matar os mensageiros...

O problema da Economia é que é uma ciência social, muito jovem, sendo o seu início consensualmente considerado o ano de 1776, data da publicação da obra de Adam Smith "A Riqueza das Nações". Aliás, quando Alfred Nobel criou os Prémios Nobel (1895), a Economia não era considerada ainda ciência, pelo que o dito Prémio Nobel da Economia é na realidade um prémio oferecido pelo Banco Central da Suécia.

Estes 236 anos (desde 1776) como ciência compararam-se com os 2500 anos do início da Medicina (com o juramento de Hipócrates). Note-se que, até há 200 anos atrás, já com 2300 anos de história como ciência reconhecida, a Medicina ainda prescrevia sangramentos e sanguessugas para cura de quase todos os males, tendo como anestesia quase exclusivamente as bebidas alcoólicas. Nessa altura, a especialidade de diagnóstico estava muito bem desenvolvida, a cirurgia também já estava avançada, mas, fruto da inexistência de penicilina e das drogas atuais, a prescrição era quase nula.

Comparativamente, a Economia ainda está na primeira fase, a desenvolver a especialidade de diagnóstico. Conseguimos agora explicar razoavelmente porque é que o paciente adoeceu (por exemplo, excesso de dívidas), mas estamos ainda relativamente fracos a fazer cirurgias (estamos a aprender a fazer amputações para parar a gangrena), e a qualidade da prescrição é quase nula.

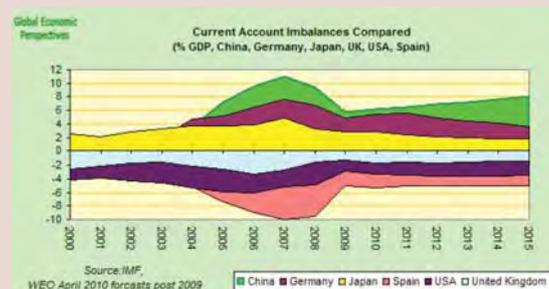
Prescrever sangramentos e sanguessugas (mais austeridade) ou oferecer mais bebidas alcoólicas (mais tempo e crédito) para a cura de doenças não faz sentido em Medicina, mas parece que em Economia é a única coisa que sabemos fazer, ou, então, que os políticos querem que façamos, pois esses são os instrumentos para impor as suas ideologias.

Mais importante do que saber que a causa de uma crise financeira é o excesso de endividamento, será perceber porque é que se acumulou tanta dívida. Fazendo novamente a analogia com a Medicina, não basta saber que o paciente teve uma cirrose hepática por excesso de álcool, importa perceber porque se tornou alcoólico. Acredito que a resposta a esta questão tem a ver com o correto diagnóstico desta crise.

A crise financeira (que vivemos) é um sintoma de outra doença mais

profunda, que, essa sim, urge corrigir. O que a observação empírica nos mostra é que todos os países que acumularam déficits significativos da balança corrente durante a última década estão agora em situação de crise.

E isto é independente do facto de estes países estarem ou não na Zona Euro, pois a crise afetou também países fora do Euro, como a Islândia, o Reino Unido e EUA. Por outro lado, os países com excedentes comerciais durante a última década (Alemanha, China, Holanda, etc) gozam de uma situação mais confortável. Quando os credores atingem o limite da capacidade ou vontade de financiar estes déficits correntes, entramos no que se chama uma crise de balança de pagamentos, que aliás já está bem identificada, como podemos ver no gráfico seguinte.



Há quem apele à saída de certos países do Euro como forma de ganhar competitividade e melhorar as suas balanças correntes, mas verificamos que os países que estão fora do Euro e que desvalorizaram a moeda (p.ex. Reino Unido, EUA e Islândia) não conseguiram que as suas economias recuperassem para os níveis pré-crise, e pior ainda, os EUA e o Reino Unido não conseguiram por via da desvalorização corrigir os seus déficits das balanças correntes. Em Portugal, a capacidade instalada das empresas exportadoras esteve utilizada quase na totalidade durante 2011, pelo que uma desvalorização cambial não permitiria aumentos significativos das exportações, pelo menos no curto prazo.

A solução para a situação económica está noutra componente, mas parece que os políticos têm outras prioridades, nomeadamente gerir a sua popularidade. Um dos aspetos mais tristes desta crise é a capacidade de manipulação das populações com falsas premissas, muito ao estilo do fazia a Propaganda Nacional-Socialista ou Soviética dos anos 30 do século passado. Ainda não chegámos aos desvarios racistas e xenófobos dessa década, mas sente-se o ódio a destilar em alguns setores da sociedade.

A comunicação social faz o seu papel, publicando o que mais vende, o que geralmente é sinónimo de populismo e pouca profundidade de análise. Vimos isso no início da crise, com a difusão de estereótipos populares (os preguiçosos do Sul versus os Nazis do Norte) que são completamente falsos e insultuosos. Infelizmente, continuamos a ver isso agora, como tão bem alertou o Presidente da Comissão Europeia, referindo-se aos resultados da Cimeira de junho, apresentados pelo político de Itália e de Espanha como vitórias contra a Alemanha. A Europa precisa menos deste tipo de facciosismo, e mais de construção de soluções para a crise.

Todos sabemos que o crescimento é a solução, sem ele nada funcionará. E todos os Economistas sabem que o crescimento se traduz no aumento do Produto Interno Bruto (PIB), este último composto por Consumo (privado e público), Investimento (privado e público) e Saldo da Balança de Comercial (exportações – importações, no sentido lato). A fórmula conhecida é a seguinte:

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

O que me parece é existir alguma confusão sobre qual das rubricas deve ser prioritária. John Maynard Keynes, nos anos 30, não tinha dúvidas: um aumento do Investimento (na altura, público e com recurso a crédito) permitiu um aumento do Consumo, a estabilização do PIB e a diminuição do desemprego. Nunca ninguém leu que Keynes defendesse que a Reserva Federal emprestasse dinheiro diretamente aos Estados dos EUA ou que a dívida fosse mutualizada, ou ainda que os bancos fossem resgatados.

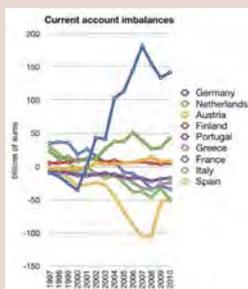
Keynes centrou-se nas soluções para o crescimento, e não na forma de chutar o problema para a frente, para o próximo Governo resolver. Note-se que nos EUA a Reserva Federal empresta ao Governo Federal, e não aos Estados. Quem projeta uns Estados Unidos da Europa terá então de projetar uma federação em que o BCE não empresta aos países, mas sim ao Tesouro Europeu (que poderá ser o Fundo de Resgate, como aliás o Professor João Loureiro preconiza na entrevista que publicamos hoje).

A prescrição de Keynes foi aplicada num contexto completamente diferente do atual, com barreiras alfandegárias e governos nacionalistas em vários países, ou seja, com um nível de comércio internacional muito inferior e com um nível de dívida pública de quase um décimo do atual. Admito que alguns setores da sociedade queiram esse mundo de volta, mas a maioria de nós já viu esse filme, e sabemos que não teve um final feliz.

O que Portugal e os outros países agora em crise fizeram na última década foi exatamente aplicar a receita Keynesiana em economias sem barreiras alfandegárias e com um nível de dívida que já não era reduzido (embora ainda fosse moderado). O resultado do Investimento público e privado (em imobiliário) foi um incentivo ao Consumo que redu-



ANTÓNIO CUNHA
Presidente da Delegação Regional Norte
Ordem dos Economistas
Cédula nº 3594



continua na página seguinte:

TOMÁS PESSANHA / DIOGO DUARTE DE CAMPOS / CATARINA FIGUEIREDO RODRIGUES
PLMJ – Sociedade de Advogados, RL

O Programa Revitalizar e o Estado

Não constitui novidade para ninguém que boa parte das empresas portuguesas vive assente em estruturas de financiamento desequilibradas, com elevada dependência da banca e proporcional défice de capitais próprios, situação não poucas vezes agravada por modelos de gestão pouco profissionalizados. Estas características, aliadas à crise que começou a sentir-se com maior agudeza em 2008 e às restrições económico-financeiras inerentes, implicaram um aumento exponencial do número de sociedades em dificuldades, realidade a que a “troika”, e o “seu” famigerado Memorando, e, mais tar-

de atuação: (i) a execução de mecanismos de revitalização de empresas viáveis nos domínios da insolvência e da recuperação de empresas, (ii) o desenvolvimento de mecanismos céleres e eficazes na articulação das empresas com o Estado (em particular a Segurança Social e a Administração Tributária); (iii) o reforço dos instrumentos financeiros disponíveis para a capitalização e reestruturação financeira de empresas, com particular enfoque no capital de risco e em outros instrumentos que em simultâneo concorram para o desenvolvimento regional, (iv) a facilitação de processos de

transação de empresas ou de ativos empresariais e (v) a agilização da articulação entre as empresas e os instrumentos financeiros do Estado e do sistema financeiro.

do dos administradores de insolvência (e o lançamento do novo concurso de admissão, tão ansiosamente esperado), bem como a aprovação do Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE), que substituirá o atual Processo Extrajudicial de Conciliação (PEC). Também do ponto de vista financeiro se poderá dizer que o Programa Revitalizar se encontra ainda a meio caminho. Para a contabilidade das medidas implementadas relevarão (não sem algum menor rigor cronológico face à data de aprovação do Programa) a (i) Linha de Crédito PME Crescimento, já disponível desde janeiro de 2012, cuja dotação inicial de 1500 milhões de euros se espera vir a ser reforçada em mais 1000 milhões, e (ii) a criação da Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A., sociedade resultante da fusão de três dos mais relevantes operadores de capital de risco (público) em Portugal, medida que, confia-se, emprestará maior racionalidade e eficácia à utilização dos (parcos) dinheiros públicos que venham a ser disponibilizados.

grama Revitalizar mereça ser lido como um todo, a verdade é que o Governo — pressupõe-se que face à situação de emergência que se vive no País — decidiu ir pondo em prática medidas parcelares. Face a esta opção, compreensível de resto, seria temerário, no mínimo, tentar desde já proceder a uma avaliação global do Programa, que parece, pelo menos no plano conceptual, bem idealizado e estruturado.

Porém, a uma crítica o Programa Revitalizar não se pode furtar: o Governo parece não ter estado disponível para também ele participar na revitalização das empresas em paridade com os demais credores privados. Efetivamente, tanto quanto resulta das alterações legislativas já aprovadas, não parece haver qualquer mitigação do princípio da indisponibilidade dos créditos fiscais, não se permitindo que estes sejam considerados, em igualdade de circunstâncias, nos planos de revitalização, e nem sequer se restringindo a possibilidade de o Estado liquidar tributos por factos anteriores à data de aprovação desses planos, cuja viabilidade poderá

O lançamento do Programa assentou no reconhecimento de que apenas uma ínfima parte das empresas em situação de insolvência conseguiam salvar-se.

de, Governo, através do denominado Programa Revitalizar, pretendiam atacar.

O lançamento do Programa Revitalizar, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012, de 3 de fevereiro, assentou ainda no reconhecimento de que apenas uma ínfima parte das empresas em situação de insolvência conseguiam, efetivamente, salvar-se, o que denotava, desde logo, a necessidade de proceder a uma mudança do paradigma em que assentava a praxis das insolvências em Portugal, francamente promotora da liquidação, em (quase total) detrimento de uma possível recuperação (ainda que programaticamente prevista na lei).

O Programa Revitalizar, que pretende(u) otimizar o enquadramento legal, tributário e financeiro em que as empresas portuguesas desenvolvem a sua atividade, desenvolve-se através de cinco eixos fundamentais

transação de empresas ou de ativos empresariais e (v) a agilização da articulação entre as empresas e os instrumentos financeiros do Estado e do sistema financeiro.

À data de hoje, passados que estão quase 7 meses desde que o Programa foi lançado, ainda não se encontram disponíveis todos os instrumentos legislativos de que depende a operacionalização de todos aqueles objetivos. Dos instrumentos que já se encontram concretizados destaca-se a revisão do CIRE, concretizada pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, através da qual, para além da criação do Processo Especial de Revitalização (PER), se procedeu à introdução de diversas alterações com vista ao reforço dos poderes do juiz e dos administradores de insolvência e, bem assim, a uma maior simplificação e celeridade do processo de insolvência. Dos ainda não concretizados, será de realçar a revisão do enquadramento legal do estatuto

Sete meses após o lançamento do Programa ainda não estão disponíveis todos os instrumentos legislativos que garantam a sua integral operacionalização.

Do lado do “haver”, continua por concretizar a criação de cinco fundos regionais de expansão empresarial, a constituir sob a forma jurídica de fundos de capital de risco, os quais se prevê que venham a ser geridos por entidades especializadas independentes e com uma dotação inicial total de 220 milhões de euros.

Poderá, pois, dizer-se que, embora o Pro-

depende, em alguns casos, da entrada de novos investidores, antigos credores, que deste modo nunca conseguirão controlar totalmente os riscos deste seu “investimento” (forçado). E é uma pena que assim seja, pois que a revitalização empresarial, que é, antes do mais, uma responsabilidade pública, se torna assim (quase) exclusivamente privada.

continuação da página anterior:

dou num aumento de importações e a deterioração do Saldo da Balança Comercial, que, por sua vez, fizeram o incentivo perder impacto, daí o crescimento anémico da última década, não obstante o crescimento substancial do Consumo.

No passado, as remessas de emigrantes compensavam o défice comercial, equilibrando a balança corrente. Essas transferências acabaram (por enquanto), pelo que resta tentar inverter o Saldo da Balança Comercial para fomentar o crescimento. No entanto, o aumento das exportações não se decreta, conquista-se. Já as importações podem de facto ser reduzidas por decreto, através do aumento dos impostos sobre o Consumo.

É verdade que, a partir de certo nível de taxação, a receita dos impostos diminui (curva de Laffer), fruto da restrição que é imposta ao Consumo. Mas, ao contrário do que muitos comentadores da praça mencionam, nem sempre o aumento de impostos tem como objetivo aumentar a receita.

Assim, se o objetivo é fomentar o equilíbrio da Balança Comercial, uma das formas de o fazer é através do aumento dos impostos indiretos, até porque parte da produção nacional rapidamente encontra formas, menos lícitas, de contornar esses impostos. Nesse sentido, entende-se porque é que as importações estão a cair tanto em Portugal, nomeadamente nas rubricas de veículos e eletrodomésticos (bens que não são de primeira necessidade).

A diminuição das importações é um imperativo de curto prazo para a resolução da crise de balança de pagamentos, mas não permite o crescimento a longo prazo. Portugal não conseguirá voltar a crescer se não

aumentar significativamente o valor das exportações, ou se não aumentar significativamente a produção de bens que substituam importações.

Para isso, é necessário aumentar a capacidade instalada de produção de bens e serviços exportáveis (aumentar o PIB potencial), o que só se consegue com um significativo aumento do Investimento privado, de preferência externo, que, como sabemos, tem sido incipiente na última década. Parece uma quadratura do círculo, mas não é.

Por experiência própria e contacto com o mundo empresarial, português e estrangeiro, sei que o Investimento privado só voltará a Portugal com confiança no futuro, confiança essa que depende da ação política ao nível europeu. Bastará que a União Europeia dê dois sinais:

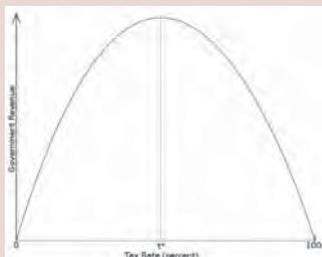
a) Inexistência de dúvidas sobre o que acontecerá no final do prazo do Memorando de Entendimento (setembro de 2013) — nomeadamente assegurando aos investidores que Portugal não irá reestruturar a dívida ou sairá do Euro;

b) Início no terreno das obras de Investimento público que a União Europeia irá financiar (presume-se que pelo menos a 95%), sejam elas expansões do portos marítimos ou linhas de comboio em bitola europeia.

Com estes dois sinais, os investidores em fábricas ou projetos turísticos voltarão ao País, pois saberão que a União Europeia considera que Portugal é estratégico para o futuro da Europa, e que os seus projetos não serão nacionalizados, expropriados, ou desvalorizados, fruto de uma saída do Euro. Mesmo os problemas dos custos de contexto (Justiça, Burocracia, etc) são menos penalizadores do que a atual incerteza.

Estamos numa União Europeia fundada com o Tratado de Roma, e assim como o General Romano Horácio Cocles derrubou a ponte sobre o Tibre atrás das suas tropas para mostrar aos invasores de Roma que lutaria até à morte, levando-os a desistir do seu intento, também o Conselho Europeu deveria derrubar a ponte que ainda permite que existam dúvidas quanto ao futuro de Portugal neste campo de batalha do século XXI.

Gostaria de ver os nossos políticos a debater estes temas (garantia da estabilidade financeira de Portugal e captação de Investimento externo), e a fazer lóbi junto do Conselho Europeu para esse fim, em vez de os ver a debater se devemos continuar com os sangramentos e sanguessugas (mais austeridade) ou se devemos pedir mais bebidas alcoólicas para aliviar a dor (mais tempo e dinheiro).



NUMA ENTREVISTA DE CARREIRA, EM QUE "REVISITA" AS SUAS DIVERSAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS, O ECONOMISTA CARLOS SOARES AFIRMA

“O país parece que está a ser navegado à vista”

Desde já uma prévia declaração de interesses: sou colega, fui colaborador e sou amigo do protagonista desta entrevista de carreira que com gosto conduz.

Mas tal não constitui de modo algum qualquer obstáculo para a objetividade e isenção da minha apreciação, aliás confirmada nesta longa entrevista.

O economista Carlos Soares, que na carreira bancária chegou ao exercício de funções na administração de vários bancos e sociedades financeiras, é, acima de tudo, no meu ponto de vista, uma personalidade cujas características se identificam com um misto de especificas, de que destaco: inquietude permanente, alguma impetuosidade, a inovação como contraponto da rotina, o espírito de iniciativa assente na cooperação, a audácia algumas vezes com risco estudado e o ter razão antes do tempo. Por tudo isto, entre outros

fatores, Carlos Soares está incluído quanto ao rumo da economia portuguesa. Mesmo aceitando que a contensão macroeconómica tenha que ser assumida, incomoda-o a falta de uma visão estratégica do Governo para o país, que conduz a uma indefinição própria de quem navega à vista.

“Cortar sim, mas seletivamente, sem podar todas as raízes”, sugere Carlos Soares.

A BANO DE MELO
alban@bano.com.pt

Vida Económica – Tanto quanto sei, a atividade profissional começou bem cedo?

Carlos Soares – Comecei a trabalhar bem cedo, lá para os 15 anos de idade, após ter concluído o antigo Curso Geral do Comércio. Tive então a sorte de ingressar numa pequena empresa de importação de eletrodomésticos no Norte que também integrava uma pequena estação de radiodifusão.

Rapidamente fui responsável pela execução da contabilidade da empresa e apoiador de responsabilidades atribuídas, a área comercial, a financeira e a organização e gestão de stocks e, ainda, um pouco tempo para acompanhar os departamentos de vendas para as grandes fábricas de radiodifusão.

Devo salientar que esta experiência, onde estive cerca de oito anos, revelou-se de uma grande utilidade para o futuro profissional, na medida em que me possibilitou perceber, na prática, o funcionamento e gestão das diversas áreas que integram as empresas.

VE – Seguiram-se os estudos superiores, sempre em acumulação com o trabalho?

CS – Foi sempre meu propósito tirar um curso superior universitário, já que tal poderia constituir um instrumento de trabalho com valor acrescentado. Mas a única saída que era plausível era a entrada no Instituto Comercial do Porto e, subsequentemente, na Faculdade de Economia também do Porto, o que veio a ocorrer. Entretanto, a aborrevente vida profissional que tinha e, como emito ainda não existia o Estatuto do Trabalhador-Estudante, não era comparável com as necessárias “folgas” para prosseguir os estudos universitários e, por isso perspetivava na altura a entrada na banca onde-tal condições – viz. entrada às 10 horas da manhã, entre outras – folgas – pareciam ser reunidas.

Assim, ingressei no Banco Espírito Santo, onde aliás estive pouco tempo, e depois, após a 2ª chamada para o serviço militar, candida-ri-me à filial no Porto do Bank of England & South America, onde ingressei em 1962 e permaneci até ser convidado pelo Dr. Carlos Pesaria, por indicação do meu colega e amigo Dr. João de Oliveira, para ingressar como quadro do Banco Português do Atlântico – BPA – com uma missão tão vaga como alcançar que era a de criar uma estrutura nova. Me viria a ser, aliás, o Departamento de Marketing do BPA.

VE – A passagem pelo BPA foi um marco decisivo na carreira profissional?

CS – A minha longa passagem pelo BPA foi determinante em termos da minha vocação profissional e esteve muito ligada na área do marketing. Com efeito, este banco foi pioneiro, desde logo, na segmentação e institucionalização dos dois mercados distintos, das empresas pequenas e grandes e dos particulares, e em termos de conceção e lançamento de diversos produtos inovadores cujo impacto nos dias de hoje é sobejamente conhecido, designadamente: cartões nominais, cartãocheque, ATM – a que hoje vulgarmente se designa por Multi-banco –, separação nos pontos de venda das zonas automáticas de atendimento personalizado. Para além destes factos, tive ocasião de apresentar, em 1973, no BPA um primeiro projeto de criação das Direções Regionais visando a descentralização, a flexibilização e o subordinação à proximidade do cliente. Este tipo de organização acabou por ser adotada por diversos bancos, sendo que foi a gestão para o sucesso e a organização e centrar à volta dos vários segmentos alvo dos particulares e das empresas.

Relembro ainda a dinamização pelo BPA dos projetos “Portugal – Anos 80”, “Madeira – Anos 80” e “Açores – Anos 80”, que integrou campanhas nacionais e regionais, publicações de estudos e estudos de mercados, com responsabilidades atribuídas, a área comercial, a financeira e a respectiva avaliação. Contribuí também um Banco para a modernização do sistema bancário e, de mesmo tempo, desempenhei na sua função social de apoio à economia real. Entretanto, a minha

VE – Mais ainda enquanto desempenhava funções de gestão bancária, um novo desafio – a área do capital de risco foi assumido?

CS – Com efeito, estive eu na administração da UBP, após ter aceitei um convite ministerial para me acumulação presidir ao Conselho de

carreira no BPA é interrompida, apenas por um curto período, quando fui nomeado para a gestão do Banco Bmo de Magalhães para acompanhar o processo de nacionalização.

VE – A posterior passagem por comissão de administração de bancos trouxe também desejáveis alianças?

CS – Nova ausência do BPA, em comissão de administração do Crédito Fidej. Português (1988-1991) e da União de Bancos Portugueses (1991-1993), agora para participar na respectiva privatização.

Os objetivos que me foram traçados em termos de gestão seguíam no sentido do aumento da produtividade, da redução dos custos operacionais, da criação de novos produtos e serviços, da melhoria das condições de trabalho e da criação de novos canais de distribuição. Já no Crédito Predial Português – BPA – um banco mais antigo e com estruturas pouco flexíveis –, a situação terá sido mais fácil, tendo como novo mestre da atuação o diminuído o peso relativo da atividade dominante que em o crédito à construção e à habitação. Houve também – designadamente nas áreas da construção e habitação – que descentralizar e flexibilizar todo o “modus operandi”.

Fimda a missão na administração da UBP regressi à origem, ou seja, ao BPA, entretanto adquirido pelo BCI; reintegrado como administrador das empresas de Leasing do BPA. Recebi a incumbência de participar na preparação da fusão das empresas de leasing do Novo Grupo. Atribuíram-me também a coordenação de alguns projetos, dos quais me lembro: um sobre custos e rendibilidades de operações comerciais e outro denominado “Projeto de cross-selling, que integrava complementarmente formas de avaliação dos dividúndios. Realizados estes projetos, terminei também a minha carreira no Banco em 1998 passando à situação de reformado.

VE – Mais ainda enquanto desempenhava funções de gestão bancária, um novo desafio – a área do capital de risco foi assumido?

CS – Com efeito, estive eu na administração da UBP, após ter aceitei um convite ministerial para me acumulação presidir ao Conselho de

carreira no BPA é interrompida, apenas por um curto período, quando fui nomeado para a gestão do Banco Bmo de Magalhães para acompanhar o processo de nacionalização.

VE – A posterior passagem por comissão de administração de bancos trouxe também desejáveis alianças?

CS – Nova ausência do BPA, em comissão de administração do Crédito Fidej. Português (1988-1991) e da União de Bancos Portugueses (1991-1993), agora para participar na respectiva privatização.

Os objetivos que me foram traçados em termos de gestão seguíam no sentido do aumento da produtividade, da redução dos custos operacionais, da criação de novos produtos e serviços, da melhoria das condições de trabalho e da criação de novos canais de distribuição. Já no Crédito Predial Português – BPA – um banco mais antigo e com estruturas pouco flexíveis –, a situação terá sido mais fácil, tendo como novo mestre da atuação o diminuído o peso relativo da atividade dominante que em o crédito à construção e à habitação. Houve também – designadamente nas áreas da construção e habitação – que descentralizar e flexibilizar todo o “modus operandi”.

Fimda a missão na administração da UBP regressi à origem, ou seja, ao BPA, entretanto adquirido pelo BCI; reintegrado como administrador das empresas de Leasing do BPA. Recebi a incumbência de participar na preparação da fusão das empresas de leasing do Novo Grupo. Atribuíram-me também a coordenação de alguns projetos, dos quais me lembro: um sobre custos e rendibilidades de operações comerciais e outro denominado “Projeto de cross-selling, que integrava complementarmente formas de avaliação dos dividúndios. Realizados estes projetos, terminei também a minha carreira no Banco em 1998 passando à situação de reformado.

VE – Mais ainda enquanto desempenhava funções de gestão bancária, um novo desafio – a área do capital de risco foi assumido?

CS – Com efeito, estive eu na administração da UBP, após ter aceitei um convite ministerial para me acumulação presidir ao Conselho de

carreira no BPA é interrompida, apenas por um curto período, quando fui nomeado para a gestão do Banco Bmo de Magalhães para acompanhar o processo de nacionalização.

VE – A posterior passagem por comissão de administração de bancos trouxe também desejáveis alianças?

CS – Nova ausência do BPA, em comissão de administração do Crédito Fidej. Português (1988-1991) e da União de Bancos Portugueses (1991-1993), agora para participar na respectiva privatização.

Os objetivos que me foram traçados em termos de gestão seguíam no sentido do aumento da produtividade, da redução dos custos operacionais, da criação de novos produtos e serviços, da melhoria das condições de trabalho e da criação de novos canais de distribuição. Já no Crédito Predial Português – BPA – um banco mais antigo e com estruturas pouco flexíveis –, a situação terá sido mais fácil, tendo como novo mestre da atuação o diminuído o peso relativo da atividade dominante que em o crédito à construção e à habitação. Houve também – designadamente nas áreas da construção e habitação – que descentralizar e flexibilizar todo o “modus operandi”.

Fimda a missão na administração da UBP regressi à origem, ou seja, ao BPA, entretanto adquirido pelo BCI; reintegrado como administrador das empresas de Leasing do BPA. Recebi a incumbência de participar na preparação da fusão das empresas de leasing do Novo Grupo. Atribuíram-me também a coordenação de alguns projetos, dos quais me lembro: um sobre custos e rendibilidades de operações comerciais e outro denominado “Projeto de cross-selling, que integrava complementarmente formas de avaliação dos dividúndios. Realizados estes projetos, terminei também a minha carreira no Banco em 1998 passando à situação de reformado.

VE – Mais ainda enquanto desempenhava funções de gestão bancária, um novo desafio – a área do capital de risco foi assumido?

CS – Com efeito, estive eu na administração da UBP, após ter aceitei um convite ministerial para me acumulação presidir ao Conselho de

carreira no BPA é interrompida, apenas por um curto período, quando fui nomeado para a gestão do Banco Bmo de Magalhães para acompanhar o processo de nacionalização.

VE – A posterior passagem por comissão de administração de bancos trouxe também desejáveis alianças?

CS – Nova ausência do BPA, em comissão de administração do Crédito Fidej. Português (1988-1991) e da União de Bancos Portugueses (1991-1993), agora para participar na respectiva privatização.

Os objetivos que me foram traçados em termos de gestão seguíam no sentido do aumento da produtividade, da redução dos custos operacionais, da criação de novos produtos e serviços, da melhoria das condições de trabalho e da criação de novos canais de distribuição. Já no Crédito Predial Português – BPA – um banco mais antigo e com estruturas pouco flexíveis –, a situação terá sido mais fácil, tendo como novo mestre da atuação o diminuído o peso relativo da atividade dominante que em o crédito à construção e à habitação. Houve também – designadamente nas áreas da construção e habitação – que descentralizar e flexibilizar todo o “modus operandi”.

Fimda a missão na administração da UBP regressi à origem, ou seja, ao BPA, entretanto adquirido pelo BCI; reintegrado como administrador das empresas de Leasing do BPA. Recebi a incumbência de participar na preparação da fusão das empresas de leasing do Novo Grupo. Atribuíram-me também a coordenação de alguns projetos, dos quais me lembro: um sobre custos e rendibilidades de operações comerciais e outro denominado “Projeto de cross-selling, que integrava complementarmente formas de avaliação dos dividúndios. Realizados estes projetos, terminei também a minha carreira no Banco em 1998 passando à situação de reformado.

VE – Mais ainda enquanto desempenhava funções de gestão bancária, um novo desafio – a área do capital de risco foi assumido?

CS – Com efeito, estive eu na administração da UBP, após ter aceitei um convite ministerial para me acumulação presidir ao Conselho de

carreira no BPA é interrompida, apenas por um curto período, quando fui nomeado para a gestão do Banco Bmo de Magalhães para acompanhar o processo de nacionalização.

VE – A posterior passagem por comissão de administração de bancos trouxe também desejáveis alianças?

CS – Nova ausência do BPA, em comissão de administração do Crédito Fidej. Português (1988-1991) e da União de Bancos Portugueses (1991-1993), agora para participar na respectiva privatização.

Os objetivos que me foram traçados em termos de gestão seguíam no sentido do aumento da produtividade, da redução dos custos operacionais, da criação de novos produtos e serviços, da melhoria das condições de trabalho e da criação de novos canais de distribuição. Já no Crédito Predial Português – BPA – um banco mais antigo e com estruturas pouco flexíveis –, a situação terá sido mais fácil, tendo como novo mestre da atuação o diminuído o peso relativo da atividade dominante que em o crédito à construção e à habitação. Houve também – designadamente nas áreas da construção e habitação – que descentralizar e flexibilizar todo o “modus operandi”.

Fimda a missão na administração da UBP regressi à origem, ou seja, ao BPA, entretanto adquirido pelo BCI; reintegrado como administrador das empresas de Leasing do BPA. Recebi a incumbência de participar na preparação da fusão das empresas de leasing do Novo Grupo. Atribuíram-me também a coordenação de alguns projetos, dos quais me lembro: um sobre custos e rendibilidades de operações comerciais e outro denominado “Projeto de cross-selling, que integrava complementarmente formas de avaliação dos dividúndios. Realizados estes projetos, terminei também a minha carreira no Banco em 1998 passando à situação de reformado.

VE – Mais ainda enquanto desempenhava funções de gestão bancária, um novo desafio – a área do capital de risco foi assumido?

CS – Com efeito, estive eu na administração da UBP, após ter aceitei um convite ministerial para me acumulação presidir ao Conselho de

o prosseguimento da docência. Além das boas recordações e de muitas e muitas centenas de alunos, depois colegas e agora amigos, na minha trajetória, a recordação do Professor Doutor António de Sá e de Jorge Alvaro e do livro “Lógicas de Matemática Financeira”, obra continua com o nosso colega e meu amigo Dr. Miguel Cadilhe.

VE – A participação em iniciativas e instituições associativas foi também uma constante?

CS – A minha participação nestes domínios tem muito a ver com o meu espírito de fazer coisas novas com algum interesse, por as coisas a mexer e de congregar vontades. Destaco algumas instituições onde tive papel mais visível:

- Sociedade Portuguesa de Marketing (Presidente da Delegação do Norte);
- Liga dos Amigos do Hospital de S. António, vários mandatos quer como membro da Direção quer como presidente do Conselho Fiscal;
- Associação Portuguesa dos Analistas Financeiros – APAF –, de qual fui Presidente, tendo pertencido à FFAF – Federação Europeia de Analistas Financeiros – como representante da nossa APAF; sendo convidado para integrar o núcleo duro a nível europeu da Comissão de Formação e Treino, colaborando na criação do 1º Curso de Pós-Graduação para Analistas Financeiros;
- Associação dos Amigos Alunos da Faculdade de Economia do Porto – AAAPAF –, de qual fui fundador e Presidente durante 15 anos e um dos Economistas, tendo vindo a presidir à Delegação Regional Norte;
- Neste meu curso, também tive mais de um ano afastado por acidente na Ordem para além naturalmente da sua missão mais institucional e corrente, tive sempre presente um objetivo claro. Trata-se da definição dos atributos para o reconhecimento do título profissional de economista, criando condições para uma efetiva articulação com os organismos representativos de “profissões livres”, como são o ROC e os “F.O.C.S. Comité”, permitindo, haveria que regulamentar aspectos de natureza deontológica do exercício da profissão, já que a Ordem deveria assumir uma ação disciplinar sobre os associados, bem como de defesa dos seus direitos e interesses.

Essas linhas de ação/procedimentos acabaram, no entanto, até hoje, por não ser concretizadas.

VE – Finalmente, qual a leitura de situação do país?

CS – Pessoalmente, estou preocupado. Constato que a falta duma visão estratégica do Governo para o país conduziu a uma indefinição própria de quem navega à vista. Não chega dizer que o programa do Governo está assente no “tróia”, porque este último é temporário e visa objetivos quantitativos específicos num prazo determinado. Por isso acho que a situação do país e preocupante quando também observamos que a aplicação de medidas macroeconómicas rigorosas pouco a pouco se aprofunda e perdura nas famílias, com os efeitos negativos a fazer-se cada vez mais evidentes, desde há pouco tempo.

Cortar muito na despesa será sempre necessário no atual contexto, mas cortar devesse ser baseado no atual contexto, mas cortar devesse ser baseado na banca, mas de facto foi a origem desta última que tomou incompatível

carreira no BPA é interrompida, apenas por um curto período, quando fui nomeado para a gestão do Banco Bmo de Magalhães para acompanhar o processo de nacionalização.

VE – A posterior passagem por comissão de administração de bancos trouxe também desejáveis alianças?

CS – Nova ausência do BPA, em comissão de administração do Crédito Fidej. Português (1988-1991) e da União de Bancos Portugueses (1991-1993), agora para participar na respectiva privatização.

Os objetivos que me foram traçados em termos de gestão seguíam no sentido do aumento da produtividade, da redução dos custos operacionais, da criação de novos produtos e serviços, da melhoria das condições de trabalho e da criação de novos canais de distribuição. Já no Crédito Predial Português – BPA – um banco mais antigo e com estruturas pouco flexíveis –, a situação terá sido mais fácil, tendo como novo mestre da atuação o diminuído o peso relativo da atividade dominante que em o crédito à construção e à habitação. Houve também – designadamente nas áreas da construção e habitação – que descentralizar e flexibilizar todo o “modus operandi”.

Fimda a missão na administração da UBP regressi à origem, ou seja, ao BPA, entretanto adquirido pelo BCI; reintegrado como administrador das empresas de Leasing do BPA. Recebi a incumbência de participar na preparação da fusão das empresas de leasing do Novo Grupo. Atribuíram-me também a coordenação de alguns projetos, dos quais me lembro: um sobre custos e rendibilidades de operações comerciais e outro denominado “Projeto de cross-selling, que integrava complementarmente formas de avaliação dos dividúndios. Realizados estes projetos, terminei também a minha carreira no Banco em 1998 passando à situação de reformado.

VE – Mais ainda enquanto desempenhava funções de gestão bancária, um novo desafio – a área do capital de risco foi assumido?

CS – Com efeito, estive eu na administração da UBP, após ter aceitei um convite ministerial para me acumulação presidir ao Conselho de

carreira no BPA é interrompida, apenas por um curto período, quando fui nomeado para a gestão do Banco Bmo de Magalhães para acompanhar o processo de nacionalização.





JOÃO LOUREIRO, PROFESSOR DA FACULDADE DE ECONOMIA DO PORTO, AFIRMA

Será já um bom sinal se daqui a três anos o desemprego regredir para os 12%

ALBANO DE MELO
albanomelo@vidaeconomica.pt

Em conversa tida com a “Vida Económica” João Loureiro, professor associado da Faculdade de Economia do Porto, relewa as consequências perniciosas advinda do facto de Portugal ter vivido durante demasiados anos uma “economia de ilusão”. Por isso, sublinha, tornou-se inevitável um processo duro de ajustamento que, no seu entender, começou a dar alguns sinais positivos, apesar dos sacrifícios inerentes a profundos processos de reestruturação.

João Loureiro considera mesmo a impossibilidade de uma outra alternativa credível e, confiando nas adiadas reformas estruturais internas e na superação da atual profunda crise na Zona Euro, perspetiva a sustentabilidade e reforço da competitividade a prazo da economia portuguesa, não defendendo no entanto a tese dos baixos salários.

Para João Loureiro, devemos equacionar o caso da economia portuguesa em dois níveis. Ao nível da União Europeia, onde a nossa economia pouco conta, e também ao nível da integração numa escala global, onde se incluem as economias emergentes

Ao nível estritamente europeu, devemos reconhecer o problema da falta de crescimento, que não é um problema especificamente português (por exemplo nos últimos dez anos o crescimento médio na Itália foi inferior ao português).

E considera que o fraco crescimento europeu é pois um problema de fundo, mas mais imediatamente temos um problema de liquidez e de falta de confiança dos mercados financeiros, que é partilhado por outros países.

Na sequência da falta de liquidez, para o financiamento do Estado e do sistema financeiro, está-se a processar um abrupto processo de ajustamento que naturalmente tem consequências na escassez e carestia do crédito, entendido este como o “lubrificante” de toda a atividade económica, salienta João Loureiro.

Economia portuguesa viveu um processo de ilusão

Particularizando o caso português, e averiguando mais em pormenor porque ocorre esta situação, este professor de economia refere que, precedendo o problema de crescimento e de liquidez atual, tivemos um problema de “viver em ilusão”, seja porque o Estrado gastou mais do que podia, seja porque os bancos se sobreendividaram face aos níveis de poupança nacional, respondendo à falta de contenção da generalidade dos agentes económicos no que respeita à despesa.

Assim, João Loureiro considera que o ajustamento que hoje está a

ser implementado, e em particular no setor público da economia portuguesa, não teria sido necessário se atempadamente tivessem sido tomadas medidas correctivas.

“No fundo, a economia portuguesa não crescia de facto mas existiam recursos que vinham de algum lado e essa foi a ilusão”, acrescenta. Em linhas gerais, para João Loureiro, o programa negociado com a “troika” está a ser cumprido em matéria de reequilíbrio financeiro, e em particular no acentuado ajustamento do desequilíbrio externo, fatores que permitirão ao país reganhar a confiança do mercados financeiros. E salienta: “Mesmo com uma Europa a não crescer, as nossas exportações têm vindo a aumentar significativamente, sendo que a minha interpretação aponta para que os empresários perceberam que a procura interna não terá futuro e, logo, viraram-se para o mercado externo”.

Confrontado com o facto de apenas 15% das empresas portuguesas serem exportadoras e de que as exportações rondam apenas os 30% do PIB português, João Loureiro refere que, quando comparado com outros países da zona euro, o peso das exportações no PIB está aquém do expectável face à dimensão do país, considerando que a criação de riqueza no nosso país exige, em seu entender, que o peso relativo da atividade exportadora tenha que aumentar substancialmente. E conclui que, face a este desafio, os empresários portugueses vão inevitavelmente procurar a diversificação dos mercados.

O motor do crescimento não pode voltar a ser a procura interna, mesmo que, no imediato, tal implique mais desemprego. João Loureiro afirma que terá que haver uma substituição da procura interna — que ao longo dos tempos tem gerado retornos significativos, assente que estava em crédito barato e pouco seletivo — por externa.

Quanto à taxa de desemprego, João Loureiro adianta que sempre achou que um dia ela iria disparar e que, mesmo que o comportamento da economia portuguesa venha daqui a algum tempo a ser favorável, a taxa de desemprego dificilmente baixará dos dois dígitos. Concretizando, João Loureiro considera que se daqui a 3 anos a taxa de desemprego regredir para os 12% é já um bom registo.

É que a elevada taxa de desemprego é, para João Loureiro, inevitável face ao processo de reestruturação em curso, uma vez que se está a proceder à substituição das atividades ligadas aos bens não transacionáveis (que geravam muito emprego) por atividades ligadas aos bens transacionáveis, sendo que esta substituição gradual não será capaz de compensar no imediato a



João Loureiro, professor da Faculdade de Economia do Porto.

O fraco crescimento europeu é um problema de fundo, mas mais imediatamente temos um problema de liquidez e de falta de confiança nos mercados que é partilhada por outros países

destruição de emprego no setor dos não transacionáveis.

João Loureiro sustenta entretanto que mesmo com altas taxas de desemprego o país poderá crescer, já que com as reformas estruturais e com uma acrescida seletividade do sistema de crédito haverá um efetivo redirecionamento para as empresas capazes de exportar, e tal será sem dívida o suporte para um equilibrado crescimento futuro.

Quanto ao facto da implementação exigente do programa de ajustamento e das repercussões da austeridade na sustentabilidade e paz social, João Loureiro considera que de facto a questão que se tem que colocar à cabeça é a de saber se algo poderia ser feito doutra forma face à situação financeira de pré-rutura a que chegou o Estado português. E interroga-se, respondendo negativamente, se há condições para o crescimento ser sustentado pela procura interna.

Ainda pouco foi feito no domínio das reformas estruturais

O outro motor do crescimento é de facto o investimento e neste domínio João Loureiro afirma que torna-se muito urgente criar condições de verdadeira atratividade (designadamente para o investimento estrangeiro que também potencia as exportações nacionais), o que exige

vários requisitos básicos, como sejam a estabilidade social e política, a competitividade fiscal e sua estabilidade e a necessidade absoluta de reforma do sistema de justiça.

João Loureiro reconhece que, no âmbito das reformas estruturais, o Governo tem feito pouco, resumindo-se a sua ação basicamente ao mercado laboral.

Confrontado com algumas afirmações que apontam para a necessidade de baixar salários, João Loureiro é taxativo dizendo que esse caminho não é inevitável, pois se a economia começar a revelar-se competitiva internacionalmente, tal implicará mais redistribuição de rendimento, o que ajudará a alimentar alguma procura interna. Contudo, esta nunca mais voltará a ser o suporte do emprego que foi outrora.

Fundo Europeu de Estabilização Financeira deve transformar-se em banco

Desenvolvendo a sua análise no que toca às condicionantes externas, João Loureiro afirma que a União Europeia tem que assumir políticas que ajudem a superar de forma ordenada a crise, sendo este cenário o pressuposto das suas análises.

Com efeito, a solução global do problema da liquidez e da falta de credibilidade dos Estados

endividados poderá assumir diversas vias, sendo que, para João Loureiro uma solução pragmática e rápida seria a transformação do atual Fundo Europeu de Estabilização Financeira — FEEF — em banco especializado na concessão de crédito aos Estados em dificuldades, o que não significa que se abandonem as condicionalidades macroeconómicas como contrapartida. Segundo este professor de economia, tal solução permitiria contornar a impossibilidade estatutária de o BCE financiar diretamente os Estados.

“Para mim, esta solução é preferível à dos “eurobonds” pois o rating destes títulos tenderia a descer à medida que aumentasse o volume da emissão”, salienta João Loureiro.

Encarando o prisma da globalização e da inserção da própria economia portuguesa nessa perspetiva, João Loureiro considera que as economias ocidentais têm em geral crescido pouco porque se está a consumir o que é produzido fora, por exemplo na China, pelo que as taxas de desemprego são em regra elevadas e de difícil reversão, com implicações possíveis em cortes nas chamadas regalias sociais. Mas João Loureiro, assumindo que a convergência não pode ser para os níveis de salários e de regalias dos países asiáticos, considera provável que, a nível de blocos económicos, venha a ser reforçada a proteção aduaneira, recuando-se assim no tempo. E conclui que, se tal acontecer, assistir-se-á a uma verdadeira alteração do paradigma, podendo a economia portuguesa voltar a ser um produtor relevante para o resto da Europa nas áreas em que de facto tem know how e valor acrescentado.

ABEL FERNANDES, PROFESSOR DA FACULDADE DE ECONOMIA DO PORTO, AFIRMA

O país vive um forte processo de redistribuição do rendimento que penaliza a classe média

ALBANO DE MELO
albanomelo@vidaeconomica.pt

Em conversa tida com a “Vida Económica”, o professor catedrático da Faculdade de Economia do Porto Abel Fernandes, ainda que não seja um economista de esquerda, afirma sentir-se ludibriado com a atuação do Governo face ao programa eleitoral apresentado. E reconhece que a política de excessiva austeridade e o adiamento das reformas de fundo que mexem com “interesses ou privilégios” têm como principal efeito um forte processo de redistribuição do rendimento na sociedade portuguesa, em prejuízo da classe média e dos rendimentos do trabalho em geral. Quanto às expectativas para a economia portuguesa, considera que elas são pouco animadoras perante as dificuldades que se colocam a uma recuperação sustentada da economia portuguesa, ao que acresce uma série de incertezas críticas que têm a ver com a situação externa, nomeadamente na Zona Euro.

“Não tenho dúvidas de que a austeridade era inevitável, mas, para evitar equívocos de interpretação, esclareço que me refiro a medidas de racionalização da despesa e de correção de políticas públicas que eram de todo insustentáveis”, começa por salientar o economista Abel Fernandes.

E prossegue, considerando que a política de austeridade seguida pelo Governo não resolve o défice das contas públicas e não é capaz de relançar o crescimento económico e o bem-estar dos portugueses de uma forma sustentável. Para Abel Fernandes, o corte indiscriminado da despesa, muito para além do exigido no memorando de entendimento, não poderia ter outro resultado senão uma forte recessão, acentuando o desequilíbrio das contas públicas, tanto por via do lado da receita quanto da despesa. A este propósito Abel Fernandes chama a atenção para a conflitualidade entre medidas discricionárias de política orçamental e a ação dos estabilizadores automáticos. Veja-se o caso do aumento das transferências sociais e da redução das receitas fiscais num contexto de quebra da atividade económica, com o consequente aumento do desemprego.

“Penso que em Portugal as elites económicas e políticas tomam decisões sobre matérias demasiado importantes sem avaliarem devidamente os seus efeitos, sem as calibrarem e, também, sem sopesarem alternativas. Seguem os chavões e os “clichés” da moda. Aliás, vou ao ponto de suspeitar que, em muitas circunstâncias, há até ignorância. E perante o país que hoje se nos apresenta e perspectiva para o futuro, não encontro grandes motivos para nos regozijarmos com os elogios da “troika” à forma como estamos a executar o acordo, pois ela cuida dos seus interesses, ou, como escrevia Keynes, dos interesses dos ‘coupon-clippers’, que não são necessariamente os nossos.”

Não se podem concentrar os sacrifícios no lado do trabalho

Para este professor e economista, à exceção da reforma do mercado do trabalho, todas as outras ou têm sido adiadas ou têm surgido de forma muito atenuada. “Não se fala sequer da reorganização administrativa do país que deveria bulir com os municípios, reduzindo-a simplesmente às freguesias, e todos sabem o



Abel Fernandes, professor da Faculdade de Economia do Porto.

Perante o país que hoje se nos apresenta e perspectiva para o futuro, não há grandes motivos para nos regozijarmos com os elogios da “troika”

que se passa com as rendas do setor energético que continuam protegidas.” Segundo Abel Fernandes, a própria reforma do mercado do trabalho contém aspetos que são verdadeiro folclore, como seja a redução do número de feriados, “As pessoas deveriam saber, por exemplo, quantos são os feriados em vigor no Banco Central Europeu (14) e, por outro lado, confunde-se no atual discurso público dois conceitos importantes, produção total e produtividade; não são a mesma coisa.” Algumas das medidas tomadas põem em causa valores essenciais, como o da equidade, isto é, a justa e proporcional repartição dos sacrifícios por todos os cidadãos. Ao agir-se assim, sem princípios éticos e consciência histórica, põe-se em causa a coesão social, o regime democrático e, enfim, o futuro deste país. Não esquecer, no meio destes esforços de intoxicação da opinião pública, o muito relevo da dívida privada, e não apenas da pública.”

Em termos da reforma do mercado laboral, Abel Fernandes duvida que ela seja eficaz enquanto fator de relançamento e prosperidade da economia portuguesa. “O seu impacto imediato são o desemprego e a redução dos salários nominais. Mas, passado este impacto inicial, um país com uma pequena população ativa, grande tradição emigratória e baixa

natalidade, como é o nosso, não conseguirá praticar salários nominais baixos, muito menos ainda situando-se numa área económica onde se almeja aumentar a mobilidade do trabalho. Nem tão pouco, isso seria desejável. As reformas sérias a fazer devem procurar aumentar a produtividade do trabalho, mas esse é um desiderato que depende sobretudo de fatores exógenos ao próprio trabalhador.” Lembra Abel Fernandes que a produtividade tem muito a ver com um ensino centrado na efetiva aquisição de competências, e nas decisões dos empresários quanto: aos seus planos estratégicos, ao valor acrescentado dos bens que decidem produzir, aos investimentos em capital, à inovação entendida em termos gerais, ao próprio lay out de produção, etc. “Ora, estas políticas centradas no trabalho têm o efeito perverso de incentivar os empresários a aproveitar esta onda de redução dos salários nominais, desincentivando-os a fazerem o essencial, acautelando o futuro.” Assim, prossegue, pensando no futuro, o empresário deve valorizar a sua intervenção estratégica, enquanto organizador dos fatores de produção e agente que assume riscos.

Em jeito de síntese, Abel Fernandes considera que a atuação política tem concentrado os sacrifícios na classe média – os maiores

contribuintes enquanto grupo, e que sobretudo assistimos a um grande processo de redistribuição de rendimento dentro da sociedade portuguesa

“Com uma linguagem deste tipo admito que até possa soar como um economista de esquerda”, admite Abel Fernandes, “mas as minhas convicções de política económica e de consciência social e histórica continuam a ser as da escola anglo-saxónica/norte-americana. Por isso não posso deixar de valorizar certos equilíbrios e lamentar o que está a ser feito por estes cristãos novos”.

Más expetativas para o investimento

Para crescer e resolver os seus problemas, Abel Fernandes considera que Portugal tem que saber atrair capital. Mas também, segundo ele, os incentivos ao investimento dependem de vários fatores, e não apenas da taxa de juro. Os custos de contexto, nas suas várias expressões, são importantes, mas também o são as expectativas. E as expectativas dos agentes económicos nacionais e estrangeiros não são animadoras. “Assisto com muita preocupação não só à emigração de portugueses qualificados, como também ao desinvestimento de muitas empresas internacionais no nosso mercado.”

Além disso, em seu entender, o tecido empresarial português sofre de fragilidades estruturais que tudo complicam. A saber: ausência de cultura empresarial, não obstante as poucas exceções que confirmam a regra (os portugueses gostam de imitar, mas têm medo do risco próprio da inovação), a desindustrialização das últimas décadas que debilita a base para a criação de riqueza no país, a excessiva dependência das empresas portuguesas do financiamento bancário, em prejuízo de uma maior participação de capitais próprios, o que é sobretudo grave na atual conjuntura. Será possível, nestas condições, alimentarem-se boas expectativas quanto ao investimento, interroga?

Embora as privatizações lhe mereçam acordo de princípio, receia que a venda indiscriminada de ativos industriais conduza ao desmantelamento de muitas dessas empresas, como já foi no passado o caso da Sorefame e de outras mais, agravando a desindustrialização deste país. “O meu receio é que as privatizações estejam a ser vistas como um processo puramente financeiro para enfrentar dificuldades de momento; ora, a riqueza de um país não está no dinheiro mas na produção real.”

Abel Fernandes mostra-se igualmente muito preocupado com a destruição do nosso capital humano, “obrigado” a procurar trabalho noutros países, e com poucas expectativas de regresso. Tudo isto a juntar ao envelhecimento da população que os governos têm sistematicamente ignorado, pelo que, conclui, é fácil intuir, também por esta via, um futuro particularmente difícil.

Saída da crise duvidosa e condicionada por fatores exógenos

Confrontado com as perspectivas de saída para a crise, Abel Fernandes relembra que, “pelo que tenho vindo a expressar, não estou

continua na página seguinte

O país vive um forte processo de redistribuição do rendimento, penalizando a classe média

(continuação da página anterior)

de facto otimista, e creio que não há mesmo condições para sustentar perspectivas animadoras.” E acrescenta, “Ainda não fui capaz de identificar, e o Governo também não o explicou, qual é o mecanismo de transmissão que permite a esta austeridade, carregada de impostos e de cortes indiscriminados na despesa, gerar crescimento económico e prosperidade. É uma política económica não sustentada na teoria económica. Como digo algumas vezes, na UE a ciência económica burocratizou-se e há muito experimentalismo à solta. Na verdade, existem muitos estudos que referem que os efeitos negativos da austeridade no curto prazo sobre o produto e, especialmente sobre o emprego, se tendem a perpetuar; os canais são, não só as instituições do mercado de trabalho, muitas delas necessárias, mas também a depreciação do capital humano e físico, com os custos fixos inerentes à sua recuperação.”

“A recuperação da economia portuguesa não se pode fazer sem a contribuição da procura agregada interna. Portugal é uma pequena economia fechada e não aberta, mais um mito que se repete. Os bens transacionáveis são outra das mistificações que por aí proliferam; numa economia onde o turismo é uma das principais vantagens comparativas, pouco há que não seja transacionável.”

Passando às condicionantes externas, Abel Fernandes considera que pairam aí grandes incertezas, tais como: “vamos regressar aos mercados em 2013? vão os políticos encontrar, finalmente, uma solução para a crise da zona euro, ou que, pelo menos, a acalme?, e a situação grega como vai evoluir?, qual a influência do novo presidente francês na política europeia?, a economia americana arranca ou não?”.

Quanto ao regresso da economia portuguesa aos mercados em 2013, Abel Fernandes salienta que das declarações do próprio Ministro das Finanças transparece, por vezes, al-

guma insegurança quanto a essa matéria. Na verdade, parece-lhe que o Governo tem, antes de mais, procurado concitar as boas graças da trioka para o prolongamento do programa de financiamento.

Quanto à inscrição no sistema constitucional da chamada regra de ouro – limite ao défice e dívida públicos em termos estruturais – Abel Fernandes relembra que nos anos 90 nos Estados Unidos houve um grande debate sobre essa matéria do qual saiu vencedora a corrente que não alinhava com a limitação ao défice público. E pergunta o que teria acontecido nesta crise global, onde a política orçamental desempenhou um papel fundamental nos EUA, se tivesse sido aprovada a emenda que impunha a regra do orçamento equilibrado.

A propósito, Abel Fernandes refere que o recente Tratado Europeu – em aprovação – fixa limites ao défice, mas na sua vertente défice estrutural. Ora, este indicador não é

diretamente mensurável e as metodologias que servem de base ao seu cálculo são várias e com resultados também diferentes, factos estes que potenciarão a contabilidade criativa e não combatem a falta de transparência.

Abel Fernandes associa a maturidade das democracias à falta de transparência do processo orçamental, que é determinante na forma como as finanças públicas são geridas e nos resultados aí obtidos, salientando a coincidência de a Grécia, Portugal e Espanha serem democracias recentes. Abel Fernandes exemplifica esta falta de transparência com a nomeação de um ministro das finanças surpresa, que implementa um programa de reequilíbrio orçamental distinto daquele que fora anunciado aos eleitores durante a campanha eleitoral de 2011. De futuro, sugere, “seria bom que os partidos políticos em campanha apresentassem ao eleitorado o seu Governo em caso de serem eleitos e, especialmente, o ministro das Finanças”.

Atividades 2012 da DRN/OE

✓ 26 de Janeiro

Tomada de Posse dos Novos Órgãos Sociais da DRN-OE



✓ 13 de Março

Workshop “Como Vencer a Crise nos Negócios”

Eng. Sérgio Almeida (PowerCoaching)



✓ 20 de Março

Workshop “Transformações na Legislação Laboral em 2012”

Dr. Rui Valente (Escritório de Advogados Garrigues)



✓ 22 de Março

Conferência “Vertentes da Crise



– Problemas Sociais e Desafios Financeiros”, com a participação do nosso Bastonário

Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

✓ Março

Lançamento do “8º Ciclo de Temas de Economia”

✓ 18 de Abril

1ª Sessão - Workshop “IRC – Apuramento do Resultado Fiscal e Declaração de Rendimentos”

Dr. António Pimenta (Consultora Baker Tilly)

✓ 24 de Abril

2ª Sessão - Workshop “IRC – Apuramento do Resultado Fiscal e Declaração de Rendimentos”

Dr. António Pimenta (Consultora Baker Tilly)



✓ 15 de Maio

Seminário “TIME TALKS – Gestão de Tempo e Produtividade Pessoal”

Eng. Gonçalo Gil Mata (MIND4TIME)



✓ 24 de Maio

ANJE

Prova de Vinhos, parceria com Ativo Bank



✓ 29 de Maio

Semana Novos Economistas - Conferência “A Crise Financeira Internacional e a Contabilidade/Auditoria”

Faculdade de Economia da Universidade do Porto
Prof. Doutor Eurico de Lima Basto



✓ 15 de Junho

Workshop “Falar em Público com Impacto”

Eng. Sérgio Almeida (PowerCoaching)



✓ 5 de Julho

1ª Sessão - Workshop “Insolvências, Recuperação de Empresas e Programa Revitalizar”

PLMJ Sociedade de Advogados RL



✓ 12 de Julho

2ª Sessão - Workshop “Insolvências, Recuperação de Empresas e Programa Revitalizar”

PLMJ Sociedade de Advogados RL



Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho

Colaboração com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e o Clube MBA FEUC (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)